

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.408 - MG (2019/0164836-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : JANE MOREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARCIO DOS SANTOS SILVA - MG035968N

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VEÍCULO EM CIRCULAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE RENÚNCIA DA PROPRIEDADE DO BEM. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA PARTE IMPETRANTE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE, EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem manteve sentença que denegara a ordem em Mandado de Segurança, impetrado pela ora agravante contra ato que indeferira pedido de renúncia de propriedade de veículo.

III. **In casu**, nos termos em que a causa fora decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido – no sentido de que a agravante "não demonstrou nos autos de origem que elementos de convicção seguros no sentido de demonstrar a veracidade das assertivas apresentadas, sendo relatado por meio do pronunciamento judicial impugnado, inclusive, que 'não existe nos autos informações de onde se encontra o veículo, tampouco o momento em que a autora perdeu a posse do bem'" – demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

